

## JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016: vencedores e perdedores

Wagner Barbosa Matias<sup>1</sup>  
Fernando Mascarenhas<sup>2</sup>

---

### RESUMO

Este texto busca problematizar o processo de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016. Para tanto foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema e seus legados, bem como uma análise de documentos das entidades esportivas, da Autoridade Pública Olímpica e do Governo Federal acerca do megaevento. Nesse sentido, identificou-se que a preparação dos Jogos Rio 2016 está priorizando as ações de interesse mercantil, com medidas que estabelece um Estado de exceção, que não respeita às leis constitucionais, sejam vinculadas aos direitos humanos, ao meio ambiente, ao patrimônio público etc. Os grupos beneficiados são aqueles que financiaram a campanha carioca a sede do megaevento e/ou estão diretamente envolvidos com os membros dos governos nas três esferas, bem como as entidades esportivas proprietárias da *commoditie* Jogos Olímpicos.

**Palavras-chave:** Estado; Jogos Olímpicos; Rio 2016

---

---

1 Doutorando em Educação Física. UNB, Brasília/ Distrito Federal, Brasil. E-mail:wagner.matias@outlook.com

2 Pós-Doutor em Política Social. Professor da UNB. Brasília/Distrito Federal, Brasil.  
E-mail: fernando.masca@uol.com.br

## INTRODUÇÃO

A América do Sul receberá a próxima edição dos Jogos Olímpicos de Verão. Os Jogos de 2016 serão no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. A escolha da capital fluminense ocorreu no dia 2 de outubro de 2009, durante a 121ª assembléia do Comitê Olímpico Internacional (COI), realizada em Copenhague. O projeto da capital fluminense desbancou as propostas das cidades de Chicago, Tóquio e Madri, respectivamente.

A conquista brasileira envolveu uma coalizão de forças formadas pelo Estado, organizações esportivas e setores do mercado. Este bloco, liderado pelos três níveis de governo, apresentou um projeto coeso e com todas as garantias governamentais necessárias para realizar o megaevento no Brasil.

Passado o período de comemoração, a preparação para megaevento apresenta aspectos contraditórios e nem sempre transparentes. Como em toda a ação governamental, a realização de megaeventos requer dos gestores uma tomada de posição. Ou seja, é preciso escolher quem ganha e quem perde.

Nesse sentido, ao acompanhar a organização dos Jogos Olímpicos de 2016 (Jogos Rio 2016) percebe-se que alguns setores vêm se apropriando do fundo público e ampliando a acumulação de capital; outros sofrem com as violações dos direitos humanos e sociais. Este estudo busca captar essa fotografia, reconhecendo que um processo ainda em movimento e que os preparativos para os Jogos Rio 2016 estão a pleno vapor.

O que se pretende com a pesquisa é apresentar a proposta eleita pelo COI, a coalizão que se formou para realização do megaevento e os vencedores e perdedores com os Jogos Rio 2016<sup>3</sup>. Nesse sentido, buscamos contribuir com o debate sobre a temática. Para tanto foi realizada uma revisão de literatura sobre Jogos Olímpicos e legados, bem como uma análise de documentos das entidades esportivas, Autoridade Pública Olímpica (APO) e Governo Federal sobre o megaevento.

### Rio 2016: a proposta

Nós provamos ao mundo que temos condições de fazer as olimpíadas. Foram dois anos de trabalho. Ninguém tem mais dúvida da grandeza econômica e social do país. O Brasil conquistou a cidadania internacional [...] O Rio passou muito tempo aparecendo nas páginas dos jornais do mundo inteiro com notícias de violência e pobreza. Essa conquista é para mostrar para todos que saímos da segunda classe. O Rio cresceu. Avançou, e a escolha mostra que o mundo já percebeu isso (Luis Inácio Lula da Silva, 2009)<sup>4</sup>.

A frase do ex-presidente Lula após a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 demonstra exatamente a importância da obtenção da franquia deste megaevento para os gestores urbanos. A conquista insere o país num seleto grupo de estados nacionais detentores deste “privilegio” que, por vários anos,

3 O presente trabalho não contou com financiamento e não possui conflito de interesses.

4 “Lula: Brasil conquistou a cidadania”. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/lula-brasil-conquistou-cidadania-internacional/>. Acesso em: 26/4/2013.

terá sua imagem disseminada por todos os continentes.

A candidatura brasileira custou mais de R\$ 90 milhões e a previsão de gasto para os Jogos de 2016 ficou estimado em R\$ 28,8 bilhões, a mais cara entre todas as concorrentes<sup>5</sup>. Para os dirigentes das entidades esportivas o foco do projeto é a mobilização da juventude do continente. O evento, além de proporcionar uma energia positiva aos clientes pertencentes à família olímpica, também pretende transpirar para os jovens o espírito do movimento olímpico, desenvolvendo em nível nacional projetos de integração e tornando a cidade do Rio de Janeiro num polo para os novos atletas da América do Sul (COB, 2009).

O governo brasileiro ofertou aos dirigentes do Movimento Olímpico todas as garantias de proteção da propriedade intelectual para as marcas e símbolos olímpicos e paralímpicos Rio 2016, bem como, aos parceiros internacionais e nacionais do evento. Além disso, garantiu a liberdade e/ou facilidades alfandegaria e de imigração para estrangeiros trabalhadores e clientes do produto Jogos Rio 2016 (ibid, 2009).

Caso seja necessário, o governo também fará adaptações, exceções na legislação nacional, em âmbito local, estadual e federal, cumprindo todas as demandas da Carta Olímpica e o Contrato de Cidade-Sede. Algumas mudanças já foram realizadas, como o disposto no ato olímpico.

Para os membros do governo federal a realização dos jogos no Brasil se insere na estratégia de desenvolvimento de longo prazo, com a perspectiva de obtenção de

um legado sustentável, especialmente, na segurança, infraestrutura- como a criação de um anel de transporte de alta capacidade e revitalização do porto, como um local de negócios e a ampliação dos aeroportos do Galeão e o Santos Dumont, sem contar a projeção do país nos mercados globais. Ou seja, “Os Jogos Rio 2016 serão um poderoso catalisador de progresso esportivo e social para os indivíduos e para as comunidades do Brasil e do mundo” (COB, 2009, p. 32).

No dossiê de candidatura, como é ressaltado várias vezes, mesmo diante das crises econômicas que rondam o mundo, a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil em 2016 contam com o alinhamento dos três níveis de governo e com o apoio da opinião pública.

Nesse sentido, não faltarão recursos públicos para a realização do evento, afinal, em todas as fases e no documento final, o governo brasileiro forneceu garantias, como: a) financiar os orçamentos do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (COJO) e não-COJO; b) cobrir qualquer necessidade financeira do COJO; c) cobrir quaisquer adiantamentos do COI ou outras contribuições feitas pelo COI ao COJO, que o COI possa eventualmente ter de reembolsar terceiros no caso de alguma contingência como, por exemplo, o cancelamento parcial ou total dos Jogos Rio 2016; d) garante o fornecimento de serviços e apoio ao Comitê Organizador, incluindo segurança, alfândega, transporte, imigração, isenção de impostos etc.

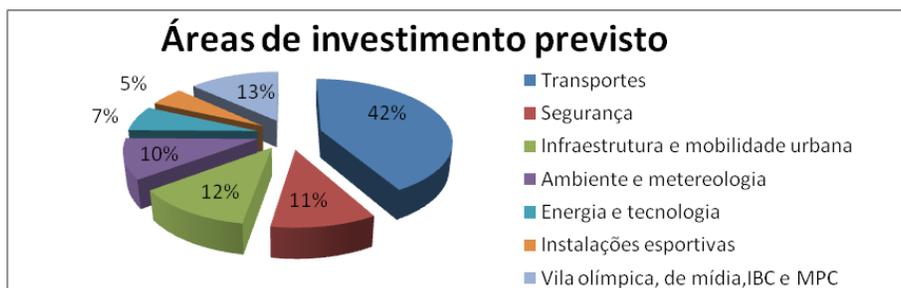
O orçamento previsto inicialmente para o evento é separado em duas partes:

5 Informação disponível em: <http://www.rio2016.org/comite-organizador/perguntas-frequentes>. Acesso em: 27/5/2013.

uma para o planejamento, custeio e operação, estimado em R\$ 5,6 bilhões; outra para infraestrutura e os serviços do setor público e a cargo da iniciativa privada, prevista no valor de R\$ 23,2 bilhões. As diversas ações do projeto olímpico (gráfico 1), terão a participação do governo federal por meio do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Minha Casa e Minha Vida, de programas ministeriais e de instituições financiadoras como o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (COB, 2009).

**Gráfico 1** – Distribuição do investimento nas ações do projeto Rio 2016, conforme o Dossiê de candidatura (ibid,2009).



Fonte: Comitê Olímpico Brasileiro (2009). Elaboração do autor (2013).

Porém, a primeira estimativa da Autoridade Pública Olímpica (APO) de abril de 2014, dava conta de que o megaevento não deve custar menos que R\$ 37,7 bilhões<sup>6</sup>, sendo 57% de recursos públicos e 43% de recursos privados<sup>7</sup>.

Conforme os dados apresentados pela APO na atualização da Matriz de Responsabilidades, julho de 2014, os projetos licitados até aquele momento somavam apenas R\$ 6,2 bilhões. Ou seja, um montante significativo dos valores para os Jogos Rio 2016 ainda não tiveram seus projetos licitados. Isso é algo constante na organização dos megaeventos, o que provoca mais

investimentos do Estado e menos transparência na aplicação dos recursos (MATIAS, 2013).

A gestão dos gastos públicos dos três níveis de governo com as obras para o evento será realizado pela APO. Ela será mantida até 2020, prazo para entrega total de todos os projetos do Legado.

No projeto de candidatura a estrutura do legado olímpico definido por representantes da governança urbana está centrado em quatro prioridades: transformação da cidade; inserção social: habitação, treinamento e emprego; juventude e educação; e, esportes.

6 De acordo com Guimarães (2009) o valor para realização dos Jogos Olímpicos apresentado em 2009 seria em 2016 de R\$ 39 bilhões. Portanto, faltando menos de dois anos para o megaevento, o valor anunciado ainda está dentro da margem prevista.

7 Informação disponível em: Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/01/1581647-sem-legado-orcamento-da-rio-2016-e-atualizado-para-r-377-bilhoes.shtml>. Acesso em: 30/01/2015.

No que diz respeito à transformação da cidade, o Dossiê destaca ações como: a “revitalização” da zona portuária, a construção de corredores exclusivos para BRTs (*Bus Rapid Transit*), a construção da Vila Olímpica e demais instalações esportivas.

Os equipamentos serão erguidos pela iniciativa privada e a maioria terá a gestão no modelo das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Este é o caso, por exemplo, do projeto “Porto Maravilha” onde a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro- CEDURP - empresa de economia mista controlada pelo poder público municipal repassou ao consórcio Porto Novo S/A, formado pelas construtoras OAS LTDA, Norberto Odebrecht S/A e a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A, os serviços e obras de revitalização, operação e manutenção de toda área do projeto.

Quanto à Inserção social, no âmbito da moradia, o dossiê de candidatura remete aos novos apartamentos ofertados ao mercado, cerca de 24.000 quartos, oriundos da Vila Olímpica.

Em relação à formação de mão de obra, a pretensão do comitê organizador é treinar cerca de 48.000 pessoas para trabalhar no evento, sendo que a estimativa para a criação de novos empregos, a maioria temporários, é de 50.000.

No que se refere à juventude e à educação, o governo propõe a ampliação dos programas sociais- Mais educação e Segundo Tempo- bem como, o número de participantes nos Jogos Universitário e Escolares (COB, 2009).

Para o esporte, o legado traçado prevê a ampliação de bolsas para atletas e treinadores, ampliação e melhoria nas instalações esportivas e ampliação dos investimentos federais no esporte.

Quanto aos locais de competição, está previsto que ocorram em quatro zonas: Barra da Tijuca, Deodoro, Maracanã e Copacabana, sendo todas na cidade do Rio de Janeiro, interligadas através das faixas olímpicas e do anel de transporte de alta capacidade.

Nota-se que o projeto Rio 2016 prolonga e fortalece as intervenções urbanas realizadas para o Pan 2007, sendo os locais de competição praticamente os mesmos e a Barra da Tijuca mais uma vez o “coração” dos investimentos e competições.

De acordo com o documento de candidatura, apenas 26% das instalações esportivas vão ser construídas, as demais já existem na cidade carioca, como o complexo do Maracanã, que será adaptado às necessidades do megaevento. Algumas instalações serão construídas de forma temporária, como os locais de competição do Triatlo, Vôlei de Praia e Ciclismo (estrada).

Entre as instalações esportivas que serão utilizadas no evento destacam-se o Centro Olímpico de Treinamento (COT) e o parque radical, localizado em Deodoro, ambos após os Jogos, de acordo com o documento de candidatura, se tornarão importantes espaços de treinamento para atletas de diversos países (COB, 2009).

A Vila Olímpica situada na Barra da Tijuca, bairro nobre da cidade, será construída com financiamento da Caixa Econômica Federal, em terreno de propriedade da construtora Carvalho Hosken. Ela ficará próximo ao Parque Olímpico, o principal local de competições dos jogos. Nela os atletas desfrutarão de uma praia olímpica, exclusiva, *shows*, policlínica com ênfase em medicina do esporte etc.

Os clientes que virão à cidade carioca terão novos hotéis - muitos financiados

com recursos públicos- para se acomodarem, como o tradicional hotel Glória, de propriedade de Eike Batista. Além disso, navios de cruzeiro oferecerão mais de oito mil cabines.

Um ponto que sempre preocupa os clientes e os organizadores do Jogos Rio 2016 é a segurança. A violência no estado do Rio de Janeiro constantemente ocupa as páginas de jornais no país e no mundo. Para o megaevento além da estratégia de “pacificação” das favelas, através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), o dossiê de candidatura prevê a ampliação do Programa Nacional de Segurança e Pública e Cidadania (PRONASCI).

Em suma, foi esta a proposta que se sagrou vencedora na 121ª do COI, mas qual o diferencial deste projeto? Afinal, por que o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro foram escolhidos?

### **Rio de Janeiro: cidade olímpica**

A análise do dossiê de candidatura deixa pistas importantes para compreender a escolha da capital fluminense. A cidade reúne um conjunto de atributos que, associados ao cenário político e econômico do país, acabaram determinando a escolha dos membros do COI.

Inicialmente destacaríamos as singularidades de sua geografia física, que são reconhecidas mundialmente. As imagens produzidas pela mídia encantam qualquer pessoa e agregam *renda monopolista* aos proprietários e parceiros da marca olímpica. Vejamos como os organizadores do evento de 2016 descrevem a cidade:

A cidade é a mais visitada do hemisfério sul, conhecida pelas paisagens de tirar o fôlego e pelo espírito único de seu povo. É ainda a segunda maior cidade do Brasil e a 26ª do mundo. As montanhas, lagoas e o oceano marcam a exuberância natural e todo o colorido típico da Cidade Maravilhosa. A boa energia da recepção dos cariocas é percebida nas ruas, nos bares, na praia, onde o pôr-do-sol é uma experiência rara, a ser vivida de coração aberto pelos visitantes<sup>8</sup>.

Outro aspecto que também chama a atenção é a riqueza cultural do Rio e mesmo do Brasil, como é destacado no dossiê de candidatura, as festas, como o carnaval, a mistura de raças, os gostos, o mundo todo se encontram na cidade. Sem falar do mito construído em torno da alegria, da receptividade e da energia positiva que transpira nos cariocas (COB, 2009).

Sem dúvida, estes dois elementos influenciaram, mas o que parece ter sido determinante foi a estabilidade política da democracia brasileira, o alinhamento político dos três níveis de governo, dando todas as garantias para a realização do evento e o empenho político do Governo Federal, inclusive com forte atuação do presidente da republica.

Associado a isso, é preciso citar a estabilidade econômica do Brasil diante da crise de 2008/2009 que atingiu praticamente todo o globo. A manutenção e/ou aprofundamento dos ditames neoliberais durante o governo Lula garantiu ao país projeção nos mercados internacionais.

Além disso, a chegada do evento no Rio atende a necessidade do capitalismo de se expandir por novos mercados, e o Brasil

é o centro da economia de uma região que está em plena expansão.

São esses elementos que, juntos, determinaram a escolha da cidade carioca como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, superando as demais concorrentes e os problemas crônicos da localidade como mobilidade e, principalmente, de segurança. Mas para continuar a exposição é importante conhecer os protagonistas desta “façanha”, ou seja: quem são os atores desta conquista? Quais os interesses envolvidos?

### A coalizão de forças dos Jogos Rio 2016

Estudo da Fundação Instituto de Administração (FIA) de setembro de 2009, antes, portanto, da consolidação do Rio como sede em 2016, considera que para cada US\$ 1,00 investido nos Jogos, seriam movimentados US\$ 3,26<sup>9</sup>. Assim sendo, o megaevento, seja no seu período de preparação, seja nos anos seguintes poderia movimentar algo em torno de US\$ 51 bilhões, com um impulso no crescimento do PIB de US\$ 11 bilhões para o período de 2009 a 2016 e de mais US\$ 13,5 bilhões entre 2017 e 2027 (PRONI, 2009).

Ainda de acordo com o documento da FIA, os ganhos se espalharão por todo o país, tendo os setores da construção civil, hospedagem e serviços como os mais beneficiados com o megaevento. Consequentemente, a previsão é para o aumento dos postos de trabalho, sendo que, até 2016,

serão 120,8 mil reais e, entre 2017 a 2027, cerca de 131mil reais por ano.

Diante desses dados que vislumbram um cenário positivo para o país, temos três atores que trabalharam e possuem diferentes desejos com os Jogos: o Estado, as organizações esportivas e o mercado.

O Estado foi um dos principais interessados na conquista carioca. Na época o governo federal, por meio de convênios com o COB, arcou com cerca de R\$ 56, 4 milhões dos custos da candidatura. O Ministério do Esporte, com divulgação, consultorias entre outros, investiu mais R\$ 35 milhões<sup>10</sup>.

Não foi somente com recursos que o governo federal demonstrou interesse em realizar o evento em 2016. Diversos órgãos, como o Itamaraty, a Embratur, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), também atuaram em âmbito internacional defendendo a candidatura brasileira (BRASIL, 2011).

O evento também foi pautado em vários encontros bilaterais pelo Presidente Lula. Todo o empenho pode ser explicado pelo fato dos megaeventos esportivos possuírem “sintonia afinada com os objetivos econômicos do governo, afinal, são acontecimentos que poderão favorecer o aquecimento do consumo interno, ao mesmo tempo, que darão projeção internacional ao país” (ATHAYDE, 2011, p. 16).

Complementarmente Mascarenhas *et al* (2012, p.10) dizem que:

9 Informação disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon/econoteen/BGF%20-%20Candidatura%20Rio2016%20-%20FIA%20-%20Estudo%20de%20Impactos%20Socioecon%20C3%B4micos%20dos%20Jogos.pdf>. Acesso em: 05/03/2013.

10 Informação disponível em: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br). Acesso em: 27/5/2013.

Enfim, o que fica claro é uma ação firme do governo Lula no apoio aos Jogos Rio 2016, o que se desdobra pelos compromissos assumidos de financiamento ao empreendedorismo de grupos privados associados aos negócios que envolvem a preparação para o evento, do investimento estatal em obras de infraestrutura e do incremento de programas e ações de manejo social do risco, isto é, em políticas sociais focadas nas condições de segurança da cidade.

Os representantes do COI e do COB também tiveram atuação direta na conquista da cidade do Rio de Janeiro. Com a simpatia do então presidente do COI, Jacques Rougge, a capital fluminense foi a escolhida (MASCARENHAS et al, 2012). Como possuem a propriedade do megaevento os lucros serão partilhados entre eles. O Estatuto Social do Rio 2016 prevê a divisão dos ganhos da seguinte forma: a) 20% para Comitê Olímpico Brasileiro; b) 20% para o Comitê Olímpico Internacional; c) e, 60% a serem definidos pelo COJO, que possui como presidente o mesmo do COB, Carlos Artur Nuzman<sup>11</sup>.

Além do envolvimento do Estado e das entidades esportivas, grandes corporações também investiram na candidatura brasileira. Uma pequena amostra disso pôde ser constatada na viagem da comitiva do Brasil a Copenhague para participar da escolha da cidade sede. O governador do Estado do Rio de Janeiro e o prefeito da capital carioca, ambos, acompanhados de suas respectivas esposas, foram no

jato cedido pelo empresário Eike Batista (PENNA, 2011).

Somente o grupo deste empresário, o EBX, investiu cerca de R\$ 23 milhões na candidatura do Rio. Outras empresas também contribuíram, quais sejam: Bradesco (R\$ 3,5 milhões), Odebrecht (R\$ 3,3 milhões), Embratel (R\$ 3 milhões) e a TAM (R\$ 1,2 milhões), com a perspectiva de lucrar com o evento.

Esse tipo de parceria também está presente no financiamento das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), a principal política pública de segurança do Estado do Rio de Janeiro. No mês de agosto de 2010, em um evento na capital fluminense, somente o grupo EBX, fez uma doação no valor de “R\$ 20 milhões para o governo do Rio e o compromisso de entregar o mesmo valor todos os anos, até 2014, exclusivamente para aplicação na compra de equipamentos e na construção de UPPs”. Outros grupos, com interesse de atuar nos jogos ou desenvolver empreendimentos na cidade, também participaram. Todos anunciaram suas doações, entre as quais se destacam a Bradesco Seguros (que doou mais R\$ 2 milhões), a Coca-Cola (R\$ 900 mil), a Souza Cruz (R\$ 400 mil). Também marcou presença, entre autoridades e empresários, o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Este se comprometeu com a construção do prédio da UPP na Cidade de Deus<sup>12</sup>.

Em resumo, “o que se organiza sob a aparência do espetáculo esportivo

11 Informação disponível em: <http://www.rio2016.org/comite-organizador/perguntas-frequentes>. Acesso em: 8/5/2013.

12 “Eike Batista promete R\$ 100 milhões para reforçar segurança do Rio até 2014”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,eike-batista-promete-r-100-milhoes-para-reforçar-seguranca-do-rio-ate-2014,599769,0.htm>. Acesso em: 13. mai. 2012.

é um verdadeiro balcão de negócios [...] um megaevento que combina projetos hegemônicos e estratégias de acumulação” (MASCARENHAS *et al*, 2012, p. 16). Nesse sentido, as cidades tornam-se mercadorias e palco para circulação de tantas outras, sendo constantemente reconstruídas pelos interesses do capital.

Se por um lado os Jogos Olímpicos se transformaram em uma importante *commoditie cultural* para a governança urbana empreendedora, capaz de mudar a cidade conforme os interesses do capital, por outro, não faltam exemplos de mau uso dos recursos públicos, de violação dos direitos humanos e sociais universalmente garantidos a todos os cidadãos.

Na sequência vamos nos deter justamente neste aspecto, ou seja, identificar e analisar algumas das medidas e os impactos causados pelas ações desenvolvidas para a realização dos Jogos Rio 2016. Como os interesses dos agentes sociais estão articulados? Quem está perdendo e ganhando com este negócio?

### Vencedores e perdedores com os Jogos Rio 2016

Começamos com a assertiva de Preuss (2008), um dos principais estudiosos dos aspectos econômicos envolvendo os Jogos Olímpicos, que diz categoricamente que há em cada edição do evento perdedores e vencedores. E, um legado positivo para as classes pobres, significa um legado

negativo para as camadas mais ricas, sendo o inverso também verdadeiro. Portanto, organizar os Jogos é fazer escolhas, é priorizar as necessidades do capital ou as necessidades humanas.

É isto que pretendemos demonstrar neste tópico, os vencedores e perdedores com o empreendimento Jogos Rio 2016. Porém, sabemos que a preparação do evento está ocorrendo e, por isso, vale a advertência de que toda a análise é sempre provisória.

Iniciamos falando sobre a legislação de exceção como um dos impactos do megaevento no país. As medidas de suspensão da legislação implementadas pelo Estado, nos três níveis de governo, não surgem com os megaeventos, mas se agravou e acelerou com eles. As ações vão desde a proibição da realização de eventos e circulação de comerciantes nas regiões próximas aos Jogos, até a aprovação de leis, decretos e emendas que estabelecem a expropriação de terras e intervenções urbanas para especulação imobiliária<sup>13</sup>; ou medidas que privilegiam os membros do COI e turistas, como os benefícios alfandegários (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO, 2014).

A suspensão da legislação nacional relaciona-se diretamente com violação dos direitos humanos, que pode ser percebido no que se refere à moradia, ao direito ao trabalho, a mobilidade urbana, ao acesso à informação e à participação nas decisões.

As principais ações de transformação urbana da “cidade olímpica” não respeitam

13 O decreto municipal nº 30.379/2009 estabelece entre outras coisas que o poder público “envidará todos os esforços necessários no sentido de possibilitar a utilização de bens pertencentes à administração pública municipal, ainda que ocupados por terceiros, indispensáveis à realização dos Jogos Rio 2016”. Tudo aquilo que for de interesse privado, de especulação imobiliária e tiver atrelado a preparação para os Jogos será realizado.

os direitos dos cidadãos. Somente para as obras do BRT milhares de pessoas estão sendo removidas. De acordo com dados do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2014) foram 3.507 famílias, sendo 12.275 pessoas de 24 comunidades removidas por obras e projetos ligados aos megaeventos, em especial os Jogos Olímpicos. Outras 4.916 famílias de 16 comunidades estão sob a ameaça de remoção.

De acordo com Raquel Rolnik<sup>14</sup>, os funcionários da prefeitura “chegam e pintam as casas com um número, assim como os nazistas faziam na segunda guerra mundial. Você sabe que sua casa é alvo, mas não sabe nem quando, nem o que vai acontecer com você”<sup>15</sup>.

As indenizações, quando ocorrem, são num montante referente às benfeitorias, sem levar em conta o valor do imóvel. Além disso, toda a história, as relações culturais estabelecidas na localidade são totalmente esquecidas. O que vale no momento é o valor de troca dos terrenos.

As famílias removidas para as moradias do programa Minha Casa e Minha Vida são deslocadas especialmente para a região oeste, local de forte influência de milícias e distante de sua moradia de origem. Além disso, as áreas não são beneficiadas com investimentos para as Jogos Rio 2016 e possuem pouca cobertura dos serviços públicos e da infraestrutura urbana. “Cabe destacar que, em alguns casos, a carência ou precarização dos serviços públicos será provocada pelo recebimento de um contingente enorme de pessoas sem a correspondente ampliação dos serviços” (ARTICULAÇÃO

NACIONAL DOS COMITÊS DA COPA E OLIMPÍADAS, 2014, p. 11).

O BRTs é um dos principais motivos, de acordo com o poder público municipal, para a realização das remoções. Destaca-se que, para atender a demanda dos megaeventos em relação ao transporte público, os organizadores projetaram 20 corredores expressos e 4 corredores de BRTs. A principal fonte de recursos para o BRT vem do governo federal através do PAC, confirmando a face investidora do Estado. As obras executadas são, na maioria, no modelo de Parceria Público Privada, como na Transolímpica, na qual a iniciativa privada entrou com R\$ 479 milhões e o fundo público com R\$ 1,072 bilhões. O consórcio vencedor da licitação possui diversos negócios semelhantes na cidade e vão administrar os 23 km da via, por 35 anos, cobrando pedágio inicial dos cidadãos, no valor de R\$ 4,70.

Outra importante obra de infraestrutura diz respeito à revitalização da região portuária, que é executada e será explorada pela iniciativa privada. O custo previsto ultrapassa o meio milhão de reais, mas o que chama a atenção é “a gama de estratégias adotadas para ameaçar seus moradores, dada a importância imobiliária atribuída pelo poder público e pela iniciativa privada à região, de porte razoável e ilhada dentro dos limites do grande projeto porto maravilha” (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS, 2012, p. 26).

O projeto de regeneração urbana na região, denominado “bairro Morar Carioca”, prevê a remoção de 832 residências que,

14 Ela é representante da ONU no Brasil para assuntos de moradia.

15 “Copa do Mundo e Jogos Olímpicos: O espetáculo e o mito”. Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/08/12/copa-do-mundo-e-jogos-olimpicos-o-espetaculo-e-o-mito>. Acesso em: 9/5/2013.

de acordo com laudo do governo, estão em áreas de risco. Todavia, contralaudos apontam a necessidade de remoção de um número bem inferior, sendo os problemas da comunidade passíveis de simples solução, com obras de contenção (ibid, 2012).

Além das remoções, os pobres da localidade sofrem com o “enobrecimento” da área, que provoca, a exemplo de Barcelona, a expulsão dos cidadãos, pela valorização e especulação dos imóveis. Ou seja, como diz Raeder (2010, p. 108),

sob a pressão do mercado imobiliário, gradativamente os moradores com menor poder aquisitivo deixam suas moradias em busca de terras mais acessíveis. Este deslocamento pode significar perda de laços sociais construídos ao longo de décadas, além de eventuais reduções na disponibilidade de recursos decorrentes do aumento no custo de transporte para circulação na cidade.

A região do porto vai ganhar diversos equipamentos culturais (museu, aquário) e novos moradores (a previsão é de aumentar a população dos atuais 20 mil para 100 mil), obviamente de classe média alta (CASTRO, 2012). No período dos Jogos Rio 2016 o porto vai cobrir a demanda de leitos de hotel na cidade, com a acomodação dos turistas em transatlânticos atracados na região.

Outro caso emblemático de remoção é o que está havendo na Vila Autódromo, que fica ao lado do futuro Parque Olímpico e no trajeto do BRT Transolímpico. De acordo com o poder público municipal todos os moradores (537 famílias) irão para

apartamentos do programa Minha Casa e Minha Vida, do conjunto habitacional Parque Carioca, situado em Jacarepaguá. Porém, os movimentos sociais afirmam que a desapropriação serve apenas para interesses especulativos, uma vez que não há necessidade de remoções, sendo realizada somente pelo potencial de ganhos pela iniciativa privada, com os terrenos ao lado do parque Olímpico<sup>16</sup>.

Em suma, concordamos mais uma vez com Raeder (2010, p. 104), que diz o seguinte:

A retirada de famílias é a face mais cruel do urbanismo olímpico ao cortar drasticamente relações sociais, estabelecidas em boa parte por proximidades espaciais, que têm valores insubstituíveis para a vida de muitos cidadãos. São os pobres os mais afetados por estas ações já que muitas delas são empreendidas não somente para viabilizar construtos que são necessários para proporcionar os usos esportivos, mas também para delinear a imagem urbana ideal para atração de investidores e consumidores que não refutam a paisagem da pobreza.

Observa-se também um imenso esforço do governo para tornar invisível parte significativa da população carioca. É o caso do muro construído na linha amarela, isolando as comunidades carentes. Ou seja, como a pobreza não vende, sendo algo feio e que representa o atraso e a ineficiência, os gestores preferem maquiagem e escondê-la a resolver os problemas.

A construção do Parque Olímpico revela, também, outra característica dos

16 Uma parte dos moradores aceitou ir para o Parque Carioca, porém, em maio de 2014 ainda tinha 187 famílias que lutava para permanecer na Vila Autódromo. Informação disponível em: <http://raquelronilk.wordpress.com>. Acesso em: 05/01/2014.

Jogos Olímpicos que coaduna com a lógica de produção de mercadorias; ou seja, as instalações esportivas possuem um tempo de validade curto. É o que ocorre com o estádio João Havelange que, logo após o Pan de 2007, foi cedido para a iniciativa privada e, no início de 2013, foi interditado pela prefeitura por problemas no teto.

No entorno do parque estão algumas instalações (centro aquático Maria Lenk, velódromo e arena olímpica) do Pan 2007, que não servirão para o evento de 2016, por estarem fora dos padrões internacionais. Elas foram subutilizadas após o Pan e a população carioca acabou não usufruindo<sup>17</sup>.

Sobre o Parque Olímpico, destaca-se que o seu Plano Geral Urbanístico foi escolhido entre os 60 trabalhos de consultorias de 18 países que apresentaram propostas ao comitê organizador. A vencedora foi a empresa AECOM que também fez o desenho do parque olímpico dos Jogos de Londres 2012<sup>18</sup>.

Este novo empreendimento orçado inicialmente em R\$ 1,4 bilhão, está sendo construído no modelo de PPPs, o governo municipal investirá R\$ 525 milhões, o governo federal será o responsável pelas instalações provisórias e o consórcio formado pela Odebrecht, Carvalho Hosken e Andrade Gutierrez, que já constrói o conjunto habitacional Parque Carioca, irá construir

também os equipamentos permanentes e explorar a região que sobrar (cerca de 70% da localidade) com empreendimentos imobiliários.

A descrição sobre os ocorridos tanto no que se refere às intervenções para o BRT, como na região portuária e na construção do Parque Olímpico, apenas confirma a perspectiva de acumulação capitalista por espoliação, ou seja, ativos das famílias de baixa renda e patrimônio público são desvalorizados, repassados para construtoras e agentes/especuladores imobiliários, por um preço abaixo de mercado e após as intervenções do poder público, ganham um valor adicional, supervalorizando.

Em relação à participação social, infelizmente na *city marketing* prevalecem as decisões *ad doc* que legitimam a centralidade dos gastos públicos na Barra e as medidas de exceção e violação dos direitos humanos e ambientais adotados pela governança urbana<sup>19</sup>.

Talvez a síntese de todas as violações aos direitos humanos, de descaso com os recursos públicos, com os bens públicos e favorecimento explícito do setor privado seja o complexo do Maracanã. Somente neste novo século estima-se que já foi gasto com o estádio R\$ 1,9 bilhão. O governo municipal informou que houve um acréscimo de duzentos milhões de reais. Destaca-se que de todo o recurso investido no estádio,

17 O Engenheiro foi repassado para o clube de futebol profissional Botafogo, a arena multiuso concedida à empresa GL Events, o parque aquático Maria Lenk e o velódromo, repassada ao COB.

18 Ressalta-se que no projeto da AECOM a Vila Autódromo não é removida, entretanto, por pressão do consórcio que executa as obras, o governo municipal no contrato da PPP inseriu a região como local a ser explorado pelas construtoras.

19 Sobre as questões ambientais o que assistimos é a intervenção em rios, lagoas e áreas florestais que interessam o capital imobiliário e turístico e a distribuição de licenças ambientais para projetos com grande impacto negativo (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITES POPULAR E DAS OLIMPIADAS, 2012). O suposto legado ambiental também possui uma face da luta de classes.

praticamente 80% do total possui origem do fundo público (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULAR E DAS OLÍMPIADAS, 2012).

O estádio é administrado pela iniciativa privada, com um lucro previsto de R\$ 2,4 bilhão, já descontados os sete milhões que serão pagos ao Estado e os possíveis gastos com manutenção<sup>20</sup>. Ou seja, para o poder público um prejuízo de mais de um bilhão, já para a iniciativa privada um lucro extraordinário.

O consórcio que administra o complexo do Maracanã conta com a participação da empresa IMX de Eike Batista. Ela já havia feito o estudo de viabilidade econômica em que foi baseado o edital de concessão do estádio. Além da IMX fazem parte do consórcio a Odebrecht, uma das construtoras que reformaram o Maracanã para a Copa do Mundo de 2014 e a AEG.

Além da alta quantia de recursos públicos, a obra ainda foi marcada por remoções de moradores da favela Metrô-Mangueira para a construção de estacionamentos e também de expulsão de indígenas da ocupação Aldeia Maracanã.

Ainda sobre o Maracanã, a Articulação Nacional dos Comitês Popular da Copa e das Olimpíadas (2012), sinalizou para o descumprimento das construtoras com legislação trabalhista e a omissão dos órgãos governamentais de fiscalização. A precarização da mão de obra, a perseguição a líderes sindicais e o desrespeito às liberdades de organização e greves são recorrentes em sedes de megaeventos. Ainda assim, entre abril de 2011 e abril de 2012, os trabalhadores paralisaram as atividades do Maracanã por

vinte e quatro dias, reivindicando aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho (em especial no que se refere às condições de segurança, salubridade e alimentação), aumento do pagamento para horas extras, fim do acúmulo de tarefas e de jornadas de trabalho desumanamente prolongadas, assim como concessão de benefícios – plano de saúde, auxílio alimentação, garantia de transporte, entre outros.

A repressão ao trabalho é outra característica recorrente em sede de megaeventos. Na cidade do Rio de Janeiro, a política municipal denominada “Choque de Ordem” já vem promovendo uma “limpeza social”, caçando e expulsando os ambulantes, os flanelinhas e, mesmo, os comerciantes regularizados serão proibidos de circular e comercializar produtos que façam referência aos símbolos dos eventos e patrocinadores destes.

Em 2009 a prefeitura municipal aprovou projeto de Lei que proíbe qualquer camelô no raio de 2km dos locais de competição e de interesse das entidades esportivas, bem como, de hospedagem dos atletas (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS, 2011).

Esse movimento de criminalização da pobreza se estende com a política de segurança pública implementada pelo estado, que privilegia os interesses do mercado, ou seja:

[...] usando medidas baseadas em armamentos pesados, na importação de tecnologias de última geração e na centralização de comando e controle visando vigiar as zonas turísticas e as infraestruturas voltadas para os eventos (estádios,

20 Informação disponível em: <http://comitepopulario.wordpress.com/tag/maracana/>. Acesso em: 8/5/2013.

centros de treinamento, transporte, centros de mídia, hotéis). Como foi evidenciado nas últimas edições das Olimpíadas e das Copas Mundiais de Futebol, o aparato de segurança não se estende na cidade de forma igualitária, mas tende a estar focado em pequenos delitos e na repressão do mercado informal em favor dos interesses das grandes empresas. Identificadas como ameaças, algumas categorias sociais e algumas áreas da cidade são os alvos preferenciais dos novos aparatos (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS, 2011, p. 50).

A presença do policiamento comunitário nas regiões onde até pouco tempo o tráfico dominava faz parte também das estratégias de monitoramento dos pobres e valorização das regiões “pacificadas” para a especulação imobiliária.

Não é por acaso, aliás, que quase todas as primeiras 18 UPPs foram instaladas em favelas existentes nas regiões mais nobres da cidade, formando um “cinturão” associado explicitamente às áreas das competições Olímpicas, aos sistemas de transporte que os entrelaçam e aos centros de maior poder aquisitivo. As complexidades e contradições do projeto das UPPs são, portanto, profundas. É claro que esses investimentos em segurança fazem parte de um projeto maior de reterritorialização urbana e de controle social elementos chaves dos megaeventos no século XXI (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS DA COPA E DAS OLIMPIADAS, 2012, p. 51).

Isto se confirma com o lançamento das cartas do jogo Banco Imobiliário, por

exemplo, onde as favelas “pacificadas” faziam parte do conjunto de equipamentos/mercadorias construídos para e pela “cidade olímpica”<sup>21</sup>.

Ao instalar as UPPs o Estado sobe os morros com os programas focalizados, com serviços de urbanização, com programas de esporte e lazer entre outros. Dentre as estratégias de controle social estão a expansão do Programa Segundo Tempo e do Mais Educação.

Em suma, o cenário exposto denota um processo de acumulação por espoliação, retirando dos pobres qualquer perspectiva de ascensão social. A violação dos direitos humanos, a privatização dos equipamentos e terras públicas, as ameaças e a criminalização da pobreza, o desperdício de recursos públicos são alguns dos impactos do evento que sinalizam um legado sombrio para as camadas populares.

O empreendimento Jogos Rio 2016 demarca mais uma vitória dos proprietários das marcas do Movimento Olímpico. Afinal, todas as garantias foram dadas pelo governo brasileiro. O lucro é certo!

É fato consumado, também, o ganho das consultorias internacionais e nacionais<sup>22</sup>, bem como os patrocinadores mundiais do evento - McDonald's, Omega, Atos, Coca-Cola, Dow, GE, Panasonic, P&G, Samsung e visa-, patrocinadores olímpicos oficiais - Bradesco, Bradesco Seguros, Embratel, Claro e Nissan; apoiadores - Ernest & Young Terco -, que possuem a exclusividade para utilizar as marcas olímpicas e paralímpicas e comercializar os

21 “Paes distribui em escola pública Banco Imobiliário com marcas da própria gestão”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,paes-distribui-em-escola-publica-banco-imobiliario-com-marcas-da-propria-gestao,999752,0.htm>. Acesso em: 8/5/2013.

22 Conforme dados do Portal da Transparência dos Jogos, somente entre 2008 e 2010 o Ministério do Esporte gastou em consultorias mais de R\$ 40 milhões.

produtos nos locais e regiões que ocorrerem as competições.

Outros grandes conglomerados do setor privado também vão lucrar: as redes hoteleiras, com os financiamentos do BNDES e da Caixa, com empréstimos no valor abaixo de mercado e isenções da prefeitura; as empresas de tecnologia da comunicação, como a Embratel que já faz parte do programa de patrocinadores olímpicos oficiais.

É certo também o ganho das emissoras de TV de cada país que possui o direito das imagens do espetáculo. Elas pagam caro, mas possuem a exclusividade. No Brasil a Rede Globo, a Bandeirantes e a Record desembolsaram juntas mais de US\$ 210 milhões, se tornando o terceiro maior mercado em direitos de imagens para o COI<sup>23</sup>.

Esta é a fotografia de momento da preparação dos Jogos na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, as estratégias dos gestores urbanos, associados com os interesses privados, pautado no empreendedorismo urbano, demonstram uma face cruel do “empresariamento da cidade”. A “cidade olímpica” está cada vez mais se dividindo. As intervenções visam apenas à ampliação do lucro dos investidores e a construção de uma cidade para quem pode comprar os serviços e produtos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, em especial a cidade do Rio de Janeiro, está se preparando para realizar os Jogos Olímpicos de 2016, a

primeira edição do megaevento na América do Sul. A conquista brasileira ocorreu após uma coalizão de forças que contou com a liderança do Governo Federal.

Os Jogos Rio 2016 desencadeia megaprojetos e atrai capital seja público, seja privado, local ou circulante para o país, especialmente para a capital fluminense. As competições esportivas em si são secundárias diante dos interesses econômicos e políticos, desencadeados ao longo da preparação e que perduram nos anos seguintes ao megaevento.

Nesse sentido, a preparação do evento está priorizando as ações de interesse mercantil, com medidas que estabelece um Estado de exceção, que não respeita às leis constitucionais, sejam vinculadas aos direitos humanos, ao meio ambiente, ao patrimônio público etc. Os grupos beneficiados são aqueles que financiaram a campanha carioca a sede do megaevento e/ou estão diretamente envolvidos com os membros dos governos nas três esferas, bem como as entidades esportivas proprietárias da *commoditie* Jogos Olímpicos.

Parece não haver dúvida de que os Jogos Rio 2016 seja apenas uma extensão do que foram os Jogos Pan Americanos de 2007, com as mesmas frações da burguesia sendo beneficiada. No entanto, é preciso considerar que a preparação para o megaevento está em movimento e, portanto, não é possível afirmar que seja o fim do jogo. Como ensinou Gramsci (2002), se a razão aponta um cenário pessimista, ficamos com o otimismo da vontade, na perspectiva que os projetos ruins para os trabalhadores,

23 “Rio comemora acordo histórico sobre direitos de transmissão Olímpicos para 2014 e 2016 no Brasil”. Disponível em: <http://www.cob.org.br/noticias-cob/rio-2016-comemora-acordo-historico-sobre-direitos-de-transmissao-olimpicos-para-2014-e-2016-no-brasil-020951>. Acesso em: 08/05/2013.

possam impulsionar uma coalizão de forças boas, comprometida com a emancipação política e humana.

## REFERÊNCIAS

- ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Dossiê Nacional Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil**. Rio de Janeiro, junho de 2012. Disponível em: [http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=396&Itemid=294](http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=396&Itemid=294). Acesso em: 25/04/2013.
- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. O “lugar do social” na política de esporte do governo Lula. **SER Social**. Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan./jun. 2011.
- BRASIL. **Plano plurianual 2012-2015**: projeto de lei. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>> Acesso em 30 jan. 2013.
- CASTRO, Damian Garcia. **Megaeventos esportivos e empreendedorismo urbano**: os jogos olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. 124f. Dissertação (Mestrado em engenharia urbana). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola politécnica, Programa de Engenharia Urbana, 2012.
- COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. RIO 2016: cidade candidata. **Dossiê de candidatura**. V.1. Rio de Janeiro: COB, 2009.
- COMITE POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS. **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2011.
- COMITE POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, junho de 2014.
- MASCARENHAS, Fernando. Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunamis. **Revista Movimento**, v. 18, nº1, 2012.
- MASCARENHAS, Fernando et all. O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. In: **Revista da Associação Latino-Americana de Estudos Sócio-Culturais do Esporte - ALESDE**, Curitiba, v.1, n.2, 2012.
- MATIAS, Wagner B. **O enigma olímpico**: o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no governo Lula. Brasília, 2013. 199f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação Física, UnB, 2013.
- PREUSS, Holger. Impactos econômicos de megaeventos: copa do mundo de futebol e jogos olímpicos. IN: RODRIGUES, Rejane Penna et all. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte; Rio de Janeiro: CONFEF, 2008. P. 79-90.
- PRONI, M. W. Observações sobre os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016. **Motrivivencia (UFS)**, v. 32/33, p. 49-70, 2009.
- RAEDER, Sávio. **Jogos e cidades**: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.

---

**OLYMPIC GAMES RIO 2016: winners and losers**

---

**ABSTRACT**

This paper seeks to question the process of preparation of the Olympic Games in 2016. For that was done a literature review on the subject and their legacies as well as a document analysis of sports institutions, the Olympic Delivery Authority and the Federal Government about the mega event. In this sense , it was found that the preparation of the 2016 Games is prioritizing the actions of market interest, with measures establishing a state of emergency , which does not respect the constitutional laws, are linked to human rights, the environment, public property etc. The beneficiary groups are those who financed the Rio campaign headquarters of mega event and/ or are directly involved with members of all three government levels , as well as proprietary sports entities of the commodity Olympics.

**Keywords:** State; Olympic Games; Rio 2016

---

**JUEGOS OLÍMPICOS RIO 2016: ganadores y perdedores**

---

**RESUMEN**

Este artículo trata de cuestionar el proceso de preparación de los Juegos Olímpicos en 2016. Por eso se hizo una revisión de la literatura sobre el tema y sus legados, así como un análisis de los documentos de las instituciones deportivas, la Olympic Delivery Authority y el Gobierno Federal sobre el mega evento . En este sentido, se ha descubierto que la preparación de los Juegos de 2016 está dando prioridad a las acciones de interés de mercado, con medidas que establecen el estado de emergencia, que no respeta las leyes constitucionales, están vinculados a los derechos humanos, el medio ambiente, los bienes públicos etcétera los grupos beneficiarios son los que financió la sede de la campaña de Río de mega evento y/o están involucrados directamente con los miembros de los tres niveles de gobierno, así como las entidades deportivas de propiedad de los Juegos Olímpicos de los productos básicos.

**Palabras clave:** Estado; Juegos Olímpicos; Río 2016

---

Recebido em: fevereiro/2015

Aprovado em: abril/2015